OURO PRETO E O SÉCULO XIX:

O MITO DA DECADÊNCIA

LILIANE DE CASTRO VIEIRA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, DIAMANTINA, MINAS GERAIS, BRASIL
Graduada em arquitetura e arbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre pela Universidade Federal da Bahia (2006) e doutora pela Universidade de São Paulo. Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Escritório Técnico de Diamantina, Minas Gerais. Email: lilianevieira@usp.br.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p145-189

OURO PRETO E O SÉCULO XIX: O MITO DA DECADÊNCIA

LILIANE DE CASTRO VIEIRA

RESUMO

Este artigo tem por objetivo relativizar a decadência atribuída para Ouro Preto, Minas Gerais, no oitocentos, através do estudo da evolução urbana desta cidade, do início do Império ao fim da Primeira República. As bibliografias e relatos disponíveis sobre Ouro Preto, no século XIX, indicam uma fase de decadência para a cidade, nesse período. No entanto, Ouro Preto manteve sua posição de capital, até o final do oitocentos, assumindo novos papéis na rede urbana. O comércio e as atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe, reafirmando o caráter citadino da antiga Vila Rica, desde a sua formação. A inauguração do ramal férreo, em 1888, trouxe crescimento e modernização. Através da análise de fontes primárias, no oitocentos, percebemos um processo de adensamento em curso, no núcleo urbano, assim como a expansão da cidade, em regiões contíguas ao arruamento setecentista, tornando a decadência atribuída para Ouro Preto, no século XIX, questionável.

PALAVRAS-CHAVE

Ouro Preto. Planejamento territorial urbano. Patrimônio ambiental urbano. Século XIX.

OURO PRETO AND THE 19TH CENTURY: THE MYTH OF DECAY

LILIANE DE CASTRO VIEIRA

ABSTRACT

This paper analyzes the urban setting of Ouro Preto, Minas Gerais, between the beginning of the Portuguese monarchy and the end of the First Republic in Brazil to answer a question about the decline of Ouro Preto in the 19th century. Reports and the bibliography about Ouro Preto in the 19th century indicate the city's decline, however, Ouro Preto kept its capital status until the end of the 19th century, sustained by business and crafts activities. The railroad, inaugurated in 1888, brought modernization and changes that developed Ouro Preto during the 19th century, as the records prove.

KEYWORDS

Ouro Preto. Urban environmental heritage. Territory planning. 19th century.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade ilustrar a configuração da cidade de Ouro Preto – MG, do início do Império ao fim da Primeira República, a fim de relativizar a decadência atribuída para a cidade no Oitocentos. Em última instância, objetivamos propiciar a reflexão de políticas de preservação que busquem resguardar e valorizar as camadas impressas ao longo do século XIX na antiga capital, geralmente ofuscadas pela adoção sistemática do colonial como marca[1]. As bibliografias e relatos disponíveis sobre Ouro Preto no século XIX indicam uma fase de decadência para a cidade nesse período. No entanto, Ouro Preto manteve sua posição de capital até o final do Oitocentos, assumindo novos papéis na rede urbana. Minas Gerais era a província mais importante do país e a antiga Vila Rica contornou as consequências do esgotamento das jazidas de ouro. Os dados demográficos disponíveis sobre o Oitocentos indicam certa vitalidade para Ouro Preto. O comércio e as atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe, reafirmando o caráter citadino de Vila Rica, desde a sua formação. A inauguração do ramal férreo, em janeiro de 1888, trouxe crescimento e modernização: permitiu o acesso a novos materiais e, consequentemente, a mudança da aparência da cidade.

1. A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não é objeto deste artigo. No entanto, vale remarcar importantes contribuições como: MOTTA, 1987; e CHUVA, 1995.

A análise de fontes primárias do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) e Biblioteca Nacional (BN), nos indicam nesse período um processo de adensamento em curso no núcleo urbano, assim como a expansão da cidade em regiões contíguas ao arruamento setecentista. Nesse período, a cidade passou por algumas ações de renovação e melhoramentos urbanos que incorporaram novos materiais disponíveis, novas técnicas construtivas e estilos vigentes.

No início do século XX, Ouro Preto sentiu o efeito da transferência da capital para Belo Horizonte e amargou um período de abandono: percebemos uma queda drástica no número de edificações e uma retração populacional. Quando a cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, este era o panorama do núcleo urbano.

2 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DE OURO PRETO DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

Com o objetivo de subsidiar a compreensão do percurso urbano de Ouro Preto ao longo do século XIX e início do século XX, realizamos um levantamento dos dados demográficos disponíveis, especialmente para debater a decadência atribuída por diversos autores para essa cidade no Oitocentos. Para tanto, recorremos aos relatos dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX, assim como a fontes bibliográficas e dados de recenseamento.

A evolução urbana de Ouro Preto é marcada por mudanças que provocaram uma sucessão de fases de rápido crescimento, seguidas por períodos de declínio forte. A cidade viveu seu auge nos três primeiros quartos do século XVIII e apresentou cerca de 30 mil habitantes trabalhando nas minas (ANTONIL, 1899, p. 514)[2]. No final do Setecentos, a cidade sofreu uma retração econômica e populacional em função do esgotamento das jazidas de ouro. A transferência da capital do Estado para a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, levou Ouro Preto a uma fase de abandono, sentida, sobretudo, a partir do segundo quartel do século XX.

Até meados do século XX, Ouro Preto apresentou perdas significativas de seu patrimônio edificado e conservou seu traçado urbano inalterado em função de sua pobreza (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949). Manoel

2. Note-se que os dados disponíveis sobre o povoamento inicial de Vila Rica são, em geral, falhos e insuficientes para permitirem conclusões mais consistentes sobre seu desenvolvimento demográfico.

Bandeira observou, acreditando na crise, desde o final do século XVIII:

> Na sua decadência econômica, que remonta às últimas décadas do século XVIII, não houve dinheiro para abrir ruas, alargar becos, restaurar monumentos. Nas reparações dos prédios envelhecidos a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas ninguém pensava. Elas são raríssimas na cidade, que enfeiam pelo contraste chocante com o resto da edificação. (BANDEIRA, 1957, p. 43)

Dessa forma, ao analisarmos o papel de Ouro Preto no Oitocentos, devemos lembrar que a cidade manteve sua posição de capital da província até 1897 e essa função sustentou comércio, prestação de serviços e atividades culturais. A partir do segundo quartel do século XIX, Ouro Preto passou a ser referência na área educacional com a criação da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia, em 1876. Em janeiro de 1888, houve a inauguração do ramal férreo.

Paralelamente, a extração mineral não cessou por completo, embora tenha decaído muito: ainda no início do século XIX, o barão de Eschwege foi enviado a Ouro Preto para trabalhar com a mineração de ouro[3]. Dessa forma, notamos uma retração populacional expressiva no fim do século XVIII e a partir do primeiro quartel do século XX, como demonstraremos a seguir; mas, ao longo do século XIX, o crescimento vegetativo da população livre foi positivo.

Para tanto, recorreremos, primeiramente, a um estudo demográfico que contemplou o Setecentos para investigar o início do Oitocentos. A pesquisadora Iraci del Nero da Costa realizou um amplo estudo do comportamento populacional de Ouro Preto no período colonial em seu trabalho *Vila Rica: população (1719-1826)* (COSTA, 1979). Através da análise dos assentos de batismos, óbitos e casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias nesse intervalo de tempo, essa estudiosa concluiu como consequência do recesso da exploração aurífera: a deterioração das condições de vida (COSTA, 1979, p. 71); um processo emigratório onde prevaleceu o elemento masculino livre (COSTA, 1979, p. 47); e a retração no número de novos escravos encaminhados a Vila Rica (COSTA, 1979, p. 45).

3. Para mais informações, consultar: ESCHWEGE, Guilherme, barão de. *Pluto Brasiliensis*; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. v 1

De acordo com Costa, houve concentração populacional em Ouro Preto nos três primeiros quartos do século XVIII. Com a exaustão das minas, a população dirigiu-se para outras áreas do território brasileiro. "Estes movimentos foram condicionados, de um lado, pela ascensão e recesso da atividade aurífera e, de outro, pelas atividades econômicas subsequentes à decadência da mineração." (COSTA, 1979, p. 3) Dessa forma, a pesquisadora observou que o último quartel do século XVIII foi marcado pela crise econômica e demográfica (COSTA, 1979, p. 47-48) com consequências para a vila: "... à época, como já assinalamos, a decadência da urbe mostrava-se pungente." (COSTA, 1979, p. 68)

A concentração populacional nos três primeiros quartos do Setecentos teria sido provocada pela grande afluência de escravos africanos, grande contingente de livres oriundos do Reino e de escravos de outras regiões da própria Colônia (COSTA, 1979, p. 17). No entanto:

> ... com a decadência da atividade mineratória, a população - sobretudo a parcela livre (...) - tendeu a deslocar-se para novas áreas à procura de ouro ou, em momento mais tardio - quando esgotado o estoque aurífero acumulado milenarmente -, a demandar terras mais ricas aptas a garantir-lhe o sustento baseado, agora, na faina agrícola. (COSTA, 1979, p. 18)

Por fim, Costa concluiu pelo crescimento vegetativo negativo para a população de Ouro Preto no período analisado. No fim desse intervalo de tempo,

> No entanto, caso consideremos os dois grupamentos sociais básicos da sociedade colonial escravista - livres e cativos - chegamos a resultado distinto quanto ao referido crescimento. Assim, os batismos de livres (inclusive forros) superaram, sistematicamente, os óbitos de alforriados e livres, a indicar crescimento vegetativo positivo. Para os escravos observou-se situação oposta, vale dizer, o número de óbitos superou, via de regra, o de batismos. (COSTA, 1979, p. 72)

Em 1804, foi realizado um censo populacional em Minas Gerais, revelado, em parte, por Herculano Gomes Mathias (MATHIAS, 1969). Em Vila Rica, a área apurada correspondeu aos distritos de Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e Morro. O referido censo foi exaustivamente analisado pela pesquisadora Iraci del Nero da Costa, no trabalho supracitado. O recenseamento realizou-se sob a responsabilidade dos Capitães de Distrito, diretamente subordinados ao Capitão-Mor de Vila Rica, considerando cada

residência, ou seja, unidade física habitacional. Foram avaliadas 1.753 residências (COSTA, 1977, p. 20), que necessariamente não correspondiam ao número total de edificações existentes na vila naquela data; infelizmente, não conhecemos o número de construções possivelmente vagas.

Ao descrever o início do século XIX, Costa colocou o quadro de Vila Rica como desolador, em função da estagnação da economia e recesso populacional:

> A pobreza dos habitantes remanescentes e a existência de ruas inteiras quase abandonadas provocava imediata admiração nos visitantes que passavam por Vila Rica. Das duas mil casas, quantidade considerável não estava ocupada, o aluguel mostrava-se cadente; a queda dos preços alcançou 50% nas transações imobiliárias. (COSTA, 1979, p. 80)

O censo de 1804 contou 8.867 indivíduos em Vila Rica, sendo que os livres e forros predominavam numericamente (68,61%) (COSTA, 1979, p. 83). Quanto ao sexo, preponderava o feminino, com 51,13% contra 48,87% de elementos do sexo masculino (COSTA, 1979, p. 83). Os escravos foram registrados em 40,9% dos domicílios (COSTA, 1979, p. 101). Foram identificadas, em média, cinco pessoas por domicílio (COSTA, 1979, p. 102). Houve numeroso contingente de cativos cuja única qualificação era o serviço doméstico (COSTA, 1979, p. 103).

A população distribuía-se pelos seis distritos já mencionados. Ouro Preto e Antônio Dias eram os mais populosos – apresentavam 50,77% da população, onde predominavam os cativos (COSTA, 1979, p. 84). Vale acrescentar que a vida administrativa, militar e religiosa do núcleo urbano concentrava-se nesses distritos. No Alto da Cruz (com 11,87% da população), Morro (14,56% da população) e Padre Faria (6,98% da população) predominavam as atividades consideradas em decadência ou tradicionais – faiscadores, mineradores e roceiros – assim como a maior parcela de livres (COSTA, 1979, p. 84). Essas regiões, de acordo com Costa, sofreram mais com o movimento emigratório. Nas Cabeças, residiam 15,82% dos habitantes de Vila Rica e predominavam as atividades artesanais (COSTA, 1979, p. 84).

Quanto às ocupações descritas, o comércio e as atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe:

> Já se desenvolvera, no afã mineratório, uma fisionomia mais próxima do urbano em Minas do que nas outras capitanias. Daí um quadro

> mais diversificado de atividades, com maiores perspectivas de acesso a todos e menos discriminação entre setores: mais possíveis os grupos médios, consequentemente com o funcionalismo, os artesãos, os comerciantes – elementos indispensáveis à sociedade que se desenvolvera com a mineração. (COSTA, 1979, p. 105)

Em 1804, o setor primário – roceiros, lavradores, lenheiros etc. – absorvia 7,04% dos indivíduos, o secundário – alfaiates, costureiras, fiandeiras, carpinteiros, capineiros, faiscadores, mineiros, ferreiros, latoreiros, sapateiros, pedreiros, seleiros etc. – aparecia com 53,61% das pessoas e as atividades do setor terciário – profissional liberal, igreja, administração civil, comércio, transporte etc. – correspondiam a 39,35% das ocupações (COSTA, 1979, p. 105)[4]. Um fato marcante foi a maior presença de faiscadores (169 indivíduos) em relação aos mineradores (59 indivíduos) atestando, para Costa, a decadência da exploração aurífera em Vila Rica (COSTA, 1979, p. 109).

Ao analisar a estrutura de posse de mão de obra escrava de Vila Rica, em 1804, o pesquisador Francisco Vidal Luna computou 757 proprietários de escravos, nos distritos de Antônio Dias, Padre Faria[5], Ouro Preto, Alto da Cruz, Cabeças e Morro (LUNA, 1981). Nesse trabalho, Luna verificou a variação do número de escravos possuídos em função da atividade econômica do proprietário de cativos. De forma geral, a média apresentada para Vila Rica foi de 3,7 escravos por proprietário (LUNA, 1981, p. 76): a média de escravos possuídos por proprietário diminuiu 47,15%, se compararmos com os dados de 1718 (LUNA, 1983), pesquisados por Luna. Esses dados corroboram as conclusões de Costa, a saber: a retração econômica provocou a diminuição do número de escravos africanos encaminhados para Vila Rica; o acesso à alforria possibilitou a transição de muitos escravos para forros.

No início do século XIX, dados demográficos complementares estão relacionados aos viajantes estrangeiros. Em 1801, em viagem pela província de Minas Gerais, o Dr. José Vieira Couto atribuiu a Vila Rica uma população entre 19 e 20 mil (COUTO, 1905, p. 77) habitantes e escreveu sobre a região:

4. COSTA ressaltou que o enquadramento das atividades em três setores é artificial para o Brasil colônia, mas se justifica por permitir uma perspectiva agregada e por ser útil à análise dos confrontos entre as diversas "economias" do período colonial. Citamos apenas as mais expressivas numericamente.
5. Os distritos de Água Limpa e Taquaral foram considerados junto com o Padre Faria.

"Espanta ao viageiro observador a summa decadência destas povoações de Minas: transita de arraiaes em arraiaes, vê que tudo são ruínas (sic), tudo despovoação (...)." (COUTO, 1905, p. 77, grafia original)

Saint Hilaire, em viagem por Minas Gerais, em 1816, escreveu:

> Contam-se em Villa Rica cerca de duas mil casas. Essa villa floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal se foi tornando raro ou de extração mais diffícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Villa Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está actualmente reduzida a 8 mil, e essa villa estaria mais deserta ainda não fosse a capital da província, a sede administração, e a residência de um regimento. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 130-131, grafia original)

Johann Emanuel Pohl, em viagem pelo Brasil, entre 1817 e 1821, relatou, ao falar do modo de construção de Vila Rica, 8.600 habitantes e 1.600 edifícios (POHL, 1951, p. 414-415). Sobre o Morro de Santana, esse viajante apresentou uma descrição que indicou 40 edificações no arraial (POHL, 1951, p. 387). Em 1821, a população da Comarca de Ouro Preto era de 75.480 mil habitantes, dos quais, 13.336 brancos, 29.502 mulatos e 32.642 pretos. A população livre era de 48.634 habitantes e a escrava de 26.846 habitantes (ESCHWEGE, 1899, p. 744)[6]. Afonso Arinos de Melo Franco atribuiu a Minas, na época da Independência, uma população entre 500 e 600 mil habitantes (FRANCO, 1944). Vale remarcar que esses dados referem-se a uma área muito maior que a que pretendemos analisar neste trabalho e, portanto, servem apenas para ilustrar o contexto de Minas Gerais, no século XIX.Em viagem em 1828 e 1829, entre o Rio de Janeiro e São João Del Rei, o médico e capelão inglês Robert Walsh, ao passar por Ouro Preto, contou 1.500 casas habitáveis e 7.000 habitantes (WALSH, 1985, p. 100).

Em 1830, segundo Luiz Maria da Silva Pinto (PINTO, 1897, p. 18)[7], a cidade de Ouro Preto contava com 2.008 fogos, sendo 1.063 fogos na povoação de Ouro Preto (atual Pilar), 639 fogos na povoação de Antônio

6. Vale remarcar que a somatória da população indicada no quadro não totaliza os 75.573 habitantes mencionados, mas sim 75.480 habitantes.
7. Vale notar que a somatória dos fogos descriminados no documento (2.008) não corresponde ao número indicado como o total (1.702).

Dias, 75 fogos nos Morros de São Sebastião e São João, 88 fogos no distrito do Taquaral e 143 fogos nos Morros de Santana e Piedade.

Em viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1852, o Dr. Hermann Burmeister escreveu sobre Vila Rica:

> O número de casas é calculado em 2.000. Ao tempo de seu apogeu, a cidade contava segundo dizem, 20.000 habitantes e é bem possível ter havido tamanha população, mas hoje uma grande parte das casas está em semi-ruínas e a população não chega a 8.000 almas. (BURMEISTER, 1952, p. 200)

O *Recenseamento do Brazil em 1872*, disponível nas Séries Históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou para Ouro Preto 42.582 habitantes nesse ano, como podemos observar na Tabela 1. O censo contemplou todas as freguesias que compunham o município, referindo-se a uma área maior que a que estamos ora analisando: interessa-nos a somatória das freguesias de N. S. do Pilar de Ouro Preto e N. S. da Conceição de Antônio Dias, ou seja, 12.575 habitantes.

TABELA 1

Município de Ouro Preto em *Recenseamento do Brazil em 1872*. Grafia original. Grifo nosso. Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>.

Freguesias	homens	mulheres	total
N. S. do Pilar do Ouro Preto	**3.661**	**3.089**	**6.750**
N. S. da Conceição de Antonio Pereira	221	260	481
S. Bartolomeu	1.786	1.783	3.569
N. S. da Conceição de Antonio Dias	**3.117**	**2.708**	**5.825**
Santo Antonio da Casa Branca	762	809	1.571
N. S. da Conceição do Rio das Pedras	747	771	1.518
N. S. da Bôa Viagem de Itabira do Campo	1.646	1.640	3.286
N. S. de Nazareth da Cachoeira do Campo	2.375	2.319	4.694
Santo Antonio de Ouro Branco	1.458	1.436	2.894
N. S. da Piedade de Paraopéba	2.480	2.527	5.007
N. S. da Conceição de Congonhas do Campo	3.577	3.410	6.987
Total			42.582

O recenseamento de 1890[8] apontou para o município de Ouro Preto 59.249 habitantes, como podemos observar na Tabela 2. O censo contemplou todas as paróquias que compunham o município, abrangendo uma área maior que a que estamos ora averiguando: interessa-nos a somatória das freguesias de N. S. do Pilar de Ouro Preto e N. S. da Conceição de Antônio Dias, ou seja, 17.860 habitantes.

TABELA 2

Município de Ouro Preto em *Recenseamento de 1890*. Grafia original. Grifo nosso. Fonte: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1898. p. 59.

Parochias	homens	mulheres	total
N. S. do Pilar de Ouro Preto	**6.004**	**5.162**	**11.166**
N. S. da Conceição de Antonio Dias	**3465**	**3.229**	**6.694**
S. Bartolomeu	3.280	3.265	6.545
N. S. da Conceição de Antonio Pereira	407	460	867
Santo Antonio da Casa Branca	1.213	1.247	2.460
N. S. de Nazareth da Cachoeira do Campo	1.585	1.628	3.213
N. S. da Conceição do Rio das Pedras	1.215	1.215	2.430
N. S. da Bôa Viagem de Itabira do Campo	2.939	2.923	5.862
S. Gonçalo do Amarante	446	464	910
S. Gonçalo do Bação	541	551	1.092
Santo Antonio do Ouro Branco	745	783	1.528
N. S. da Piedade do Paraopéba	4.098	4.026	8.124
Jesus, Maria e José da Bôa Vista	858	902	1.760
S. José do Paraopéba	3.649	2.949	6.598
Total			59.249

O recenseamento de 1900 (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1905, p. 46) apontou para o município de Ouro Preto 65.383 habitantes. Em 1902, o atual distrito sede de Ouro Preto dispunha de 1.553 prédios e 10.000 habitantes (PINTO, 1906, p. 697), distribuídos nos seguintes

8. Cabe colocar que pesquisas recentes apontaram um possível erro nos censos de Minas Gerais, no século XIX: aparentemente, em função dos colégios eleitorais, a Província "inflava" a população das cidades nos censos. Ainda sim, ao averiguarmos o censo de 1890, por exemplo, notamos Ouro Preto dentre os municípios com maior número de habitantes no país.

bairros: Olaria, Passa Dez, Pão Doce, Água Limpa, Campo do Raymundo, Fonte da Chácara, Casa de Pedra, Saramenha, Taquaral, Morro de São Sebastião, Morro de Sant'Anna, Campo Grande, Morro da Piedade e Padre Faria.

Em 1920, o censo indicou uma população de 51.136 habitantes para o município de Ouro Preto (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, 1928). Em 1940, o Recenseamento Geral do Brasil contou 27.890 habitantes para esse município (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950). Note-se que, já privada da sua condição de capital da província, houve uma retração populacional na primeira metade do século XX.

Em carta informativa[9] de 7/10/1949, o arquiteto Paulo Barreto escreveu que, em 1917, o número de casas na sede do município era de 1.436. No inventário realizado por ele e pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos, em 1949, foram cadastrados apenas 963 prédios (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949): em 32 anos, desapareceram 473 casas. No entanto, nota-se que o cadastro desses pesquisadores não contemplou os arraiais da Serra de Ouro Preto, apenas o caminho tronco, no distrito sede. Desta forma, os dados que temos são parciais.

Em 1950, a cidade contava com 11.878 habitantes na sede do município e 28.229 habitantes em todo o município (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973-75).

2.1 Algumas considerações

Retomando os dados apresentados, podemos defender que Ouro Preto viveu seu auge nos primeiros três quartos do século XVIII e sentiu o declínio econômico e populacional no final do Setecentos. O século XIX foi marcado por um crescimento vegetativo positivo da população livre, uma vez que Vila Rica manteve-se como capital da província e a cidade encontrou outra dinâmica. Na primeira metade do século XX, houve outro declínio econômico e populacional, acompanhado por um processo de ruína das edificações. Este processo foi evidente até meados do século XX, quando a cidade retomou seu crescimento urbano e populacional (VIEIRA, 2006).

9. Sobre os dados estatísticos de Ouro Preto de 1917, o arquiteto sugere que se consulte: P. Frade. *Dicionário Corográfico e Estatística Corográfica de distâncias do Estado de Minas Gerais*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917. p. 191.

A seguir, apresentamos uma tabela resumo dos dados levantados (Tabela 3), com o objetivo de clarear o percurso urbano e populacional de Ouro Preto no período ora em estudo. Devemos remarcar que as contagens de população nem sempre abrangeram uma área uniforme: houve variação do território do nosso objeto de análise nesse período, em função da emancipação de distritos; houve, ainda, cadastros parciais. Para este estudo, interessa-nos a área que compreende o atual distrito sede. Devemos mencionar, também, contagens populacionais que desconsideraram os escravos e a subjetividade dos dados dos viajantes.

TABELA 3

Quadro resumo dos dados levantados sobre Ouro Preto, do início do século XIX à primeira metade do século XX.

Fonte	Data	habitantes	edificações
Dr. José Vieira Couto	1801	19 a 20 mil* (*desconhecemos a área considerada)	-
Censo	1804	8.867	1.753 (avaliadas)
Saint Hilaire	1816	8.000	2.000
Pohl	1817 a 1821	8.600	1.600
Luiz Pinto	1830	-	2.008
Robert Walsh	1828 e 1829	7.000	1.500
Dr. Hermann Burmeister	1852	8.000	2.000
Censo	1872	12.575 no distrito sede (42.582 considerando todo o município)	-
Censo	1890	17.860 no distrito sede (59.249 considerando todo o município)	-
Censo	1900	65.383 (**considerando todo o município)	-
Moreira Pinto	1902	10.000	1.553
P. Frade	1917	-	1.436
Censo	1920	51.136** (**considerando todo o município)	-
Censo	1940	27.890** (**considerando todo o município)	-
Inventário Iphan	1949	-	963
Censo	1950	11.878 no distrito sede (28.229 considerando todo o município)	-

Entendemos que o universo de contagem dos censos de 1872, 1900, 1920 e 1940 é significativamente maior que o considerado pelos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX. Os censos de 1872, 1890 e 1950 e os dados de Luiz Pinto e Moreira Pinto apresentaram contagem por freguesias, distritos ou paróquias, permitindo a comparação com os dados dos viajantes: aparentemente, o território considerado pelos visitantes corresponde ao atual distrito sede[10], ou seja, as freguesias ou paróquias de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, indicadas nas Tabelas 1 e 2.

Notamos que há certa coerência nos dados relativos ao número de edificações e habitantes. A exceção é o dado de 19 a 20 mil habitantes, em 1801: ou houve uma queda populacional dramática entre 1801 e 1804 - ou esse número é superlativo, ou representa uma área maior que apenas o núcleo urbano de Vila Rica, hoje distrito sede, como entendemos para os dados de recenseamentos a partir de 1872.

O censo de 1804, infelizmente, não computou o número total de residências, considerando as edificações vagas. Apenas as edificações ocupadas foram cadastradas. No entanto, vale a pena remarcar a maior concentração populacional nos bairros mais adensados – Antônio Dias e Ouro Preto – como demonstraremos no item a seguir.

Assim, considerando a área do atual distrito sede de Ouro Preto, podemos observar que há um mito amplamente divulgado sobre o e vaziamento e a decadência dessa cidade no século XIX. Ao longo do Oitocentos, o número de edificações permaneceu relativamente estável e o crescimento vegetativo da população foi positivo. Na primeira metade do século XX, após a transferência da capital, percebemos uma queda drástica no número de edificações e uma retração populacional. O inventário de 1949 (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949)[11] remarcou, inclusive, o esvaziamento e arruinamento das áreas periféricas da vila.

É interessante notar como vários autores e pesquisadores propagaram o mito de Ouro Preto decadente no Oitocentos, até de maneira contraditória. O minucioso estudo da pesquisadora Iraci del Nero da Costa apontou

10. Apenas Pohl e Luiz Pinto mencionaram ter cadastrado os morros da vila.
11. Inventário da cidade de Ouro Preto realizado por Sylvio de Vasconcellos, em 1949.

o crescimento vegetativo positivo da população livre para essa cidade no século XIX, enquanto o mesmo trabalho descreveu o núcleo urbano como decadente, pobre e desolado. Nota-se que a pesquisa de Costa mencionou os viajantes estrangeiros; ou seja, ela certamente foi influenciada pelo quadro – equivocado, no nosso entendimento – retratado por eles.

Manuel Bandeira, ao escrever o *Guia de Ouro Preto*, estava observando a cidade no início do século XX. Certamente impactado pela aparência do núcleo urbano esvaziado e arruinado, ele expandiu o abandono daquele momento para um amplo espaço de tempo, começando pelo final do Setecentos.

Por fim, devemos lembrar o caráter citadino de Vila Rica desde a sua formação, que possibilitou o desenvolvimento dos setores terciário e secundário, com uma grande variedade de atividades artesanais, conforme o censo de 1804. Os relatos dos viajantes estrangeiros do início do Oitocentos firmaram o título de cidade decadente para Ouro Preto, mas eles a visitaram antes das novidades que a ferrovia trouxe. O núcleo urbano manteve-se dinâmico enquanto capital da província e a decadência atribuída para o Oitocentos parece ser um mito, uma interpretação equivocada dos ilustres visitantes. A seguir, aprofundaremos mais esse assunto através do estudo da evolução urbana de Ouro Preto, no período ora em análise.

3 A CONFIGURAÇÃO DE OURO PRETO NO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

Como mencionamos anteriormente, no fim do Setecentos Ouro Preto sofreu uma retração econômica e populacional em função do esgotamento das jazidas de ouro. A partir do primeiro quartel do século XX, o núcleo urbano encontrou-se novamente esvaziado, reflexo da transferência da capital do Estado para a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897. Esses dados devem ser considerados na análise da cidade, do século XIX às três primeiras décadas do século XX, tendo em vista que deixaram marcas na cidade que buscamos entender.

Visando a ilustrar o percurso urbano de Ouro Preto nesse período, usamos como principais fontes primárias: o *Códice nº. 264*, *Livro de Tombos de terrenos*, de 1806 a 1812; a *Planta da Cidade de Ouro-Preto*", de 1888; e o

Mapa do Município de Ouro Preto, de 1939. Pesquisamos ainda documentos iconográficos, atas da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP) e fontes bibliográficas que abordaram o assunto nesse período. Destacamos que alguns documentos estão apenas próximos do período de estudo; no entanto, como a evolução urbana é dinâmica, optamos por não analisá-la em períodos estanques.

3.1 O panorama de Ouro Preto no início do século XIX

No início do século XIX foi realizado um inventário predial de Vila Rica, mandado executar por provisão de D. João VI, de 9 de outubro de 1809. Esse serviço cadastral gerou o *Códice nº 264*, disponível no APMOP (APMOP|CMOP, 1806-1812)[12]. Embora o arrolamento tenha sido executado antes do período ora em estudo, ele nos proporciona um panorama do início do Oitocentos, fundamental para o entendimento da dinâmica que buscamos ler.

O *Códice nº 264* apresenta uma exposição preliminar que justifica a necessidade de tal arrolamento: o cadastro anterior, de 1737 (APM|CMOP, 1737-38), teria sido falho e incompleto; os edifícios iniciais eram de madeira e, por isso, muitos foram demolidos; e havia edificações irregulares. A documentação do início do século XIX foi organizada por trechos de caminhos, em um total de 1.134 aforamentos, ao longo do caminho tronco. Os registros parecem seguir o sentido longitudinal da vila, como podemos observar no *Mappa de Villa Rica* (Figura 1), base cartográfica do final do século XVIII, iniciando na região do Passa Dez e finalizando na região do Taquaral.

O cadastro de 1809 apresentou: o nome do foreiro; ocasionalmente sua ocupação; as confrontações de vizinhos. Como essa listagem foi organizada por trechos de caminhos, frequentemente houve a indicação da rua, beco, travessa ou marco que existia em cada extremidade ou transversal ao trecho de caminho em questão.

12. Este material também se encontra parcialmente disponível em: VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 171-232, 1955.

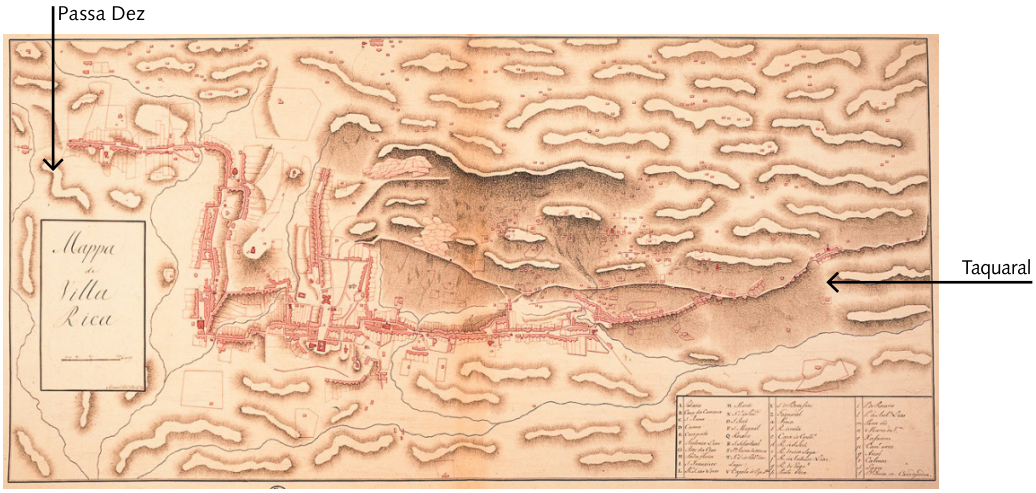


FIGURA 1

Mappa de Villa Rica; autoria de Manoel Ribeiro Guimarães, datado entre 1775 e 1800, original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* [Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P. Siqueira Bueno]. São Paulo: EDUSP|FAPESP, 2000.

No arrolamento do *Códice nº 264* foram listados os seguintes bairros, ruas, arraiais ou freguesias: "rua do Alto do Passa-Dez té a ponte do Rosário", 182 foros; "Morro do Ramos até as praias do córrego do Caquende", 57 foros; "rua que principia na ponte do Caquende té o chafariz defronte da Capela do Rosário", 91 foros; "rua Nova do Sacramento que principia detrás da Capela do Rosário até a ponte de São José", 95 foros[13]; "ladeira da rua que segue para a Capela do Morro de São José", 71 foros; "ladeira denominada de Simão da Rocha", 17 foros; "rua que segue da ponte Seca até a ponte do Ouro Preto", 34 foros[14]; "rua Direita que principia na ponte do Ouro Preto, até a Praça", 79 foros; "rua de Santa Quitéria", 25 foros; "na Praça, pelo poente", 1 foro; "rua Nova do _? pela Parte do Poente", 12 foros[15]; "continua _? rua Nova pelo Poente", 18 foros; "Alto da Praça seguindo a rua Direita de Antônio Dias té a ponte", 41 foros; "rua de trás de Antônio Dias denominada Cadeia Velha", 17 foros;

13. Esse trecho de caminho foi apontado por Salomão de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1955), mas não foi encontrado no *Códice nº 264*. Como essa documentação encontra-se em estado de conservação precário, acreditamos que parte desse códice tenha se perdido. Na contagem total de aforamentos, cruzamos o levantamento parcial de Vasconcelos com o nosso. No entanto, esses fatos podem ter gerado alguma lacuna.
14. O mesmo ocorreu com esse trecho de caminho: não foi encontrado no Códice nº 264, mas indicado no levantamento parcial de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1955).
15. Infelizmente, nem todos os nomes estão legíveis.

"rua dos Paulistas que principia por detrás dos quintais de _? Antônio Dias", 36 foros; "rua da Barra que principia dos fundos dos quintais do Quartel Mestre José de _? Lopes e segue para a mesma Barra", 20 foros; "rua da Capela do Bom Jezus dos Perdões, 10 foros; "segue o mesmo beco da Barra", 24 foros; "continua a rua da Barra da Ponte do _?", 26 foros; "rua que principia na ponte de Antônio Dias té o Alto da Cruz", 32 foros; "traveça do Trapiche", 10 foros; "continua a rua de _? Alto da Cruz", 14 foros; "traveça do _? que segue para a Capela do Senhor da Dor", 50 foros; "rua denominada de _? até o beco do _?", 14 foros; "caminho Novo do Vira Saya", 8 foros; "rua das Lages que principia por sima _?", 28 foros; "ladeira que principia no Alto da Cruz e segue por Água Limpa té o Taquaral", 100 foros; "rua do Taquaral", 22 foros (APMOP|CMOP, 1806-1812, grafia original).

As edificações ou marcos citados no *Códice nº 264* foram: fonte do Caquende; Capela das Almas, com adro; Capela do Rosário e adro; chafariz defronte à Capela do Rosário; Hospício da Terra Santa; Capela de São José; Capela do Paço; Quartéis da Tropa; Praça; Capela do Carmo; Cadeia; Casa da Ópera; Hospital Real; Santa Casa de Misericórdia; Igreja de São Francisco; Palácio Velho; Chafariz de São José, com largo; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; a Igreja Matriz de Antônio Dias, com adro à frente; Capela do Bom Jesus dos Perdões; Fábrica de Pólvora; e a Capela do Senhor da Dor. As seguintes pontes foram mencionadas: ponte do Rosário ou ponte do Caquende; ponte Seca; ponte de São José; ponte do Ouro Preto; ponte de Antônio Dias; ponte do Palácio Velho. Os seguintes córregos foram citados: córrego da Olaria; córrego do Passa Dez; córrego da Capela das Almas; córrego do Caquende; córrego do Ouro Preto; córrego do Antônio Dias; córrego do Palácio Velho; e córrego do Chafariz.

Com relação ao tombamento anterior da Vila, realizado entre 1737 e 1742 (*Códices nºs 38 e 40*), e o *Mapa de Villa Rica* (Figura 1), devemos remarcar que as seguintes edificações de destaque foram mencionadas pela primeira vez: o Hospício da Terra Santa, a Casa da Ópera, a Capela do Paço, o Hospital Real e a Fábrica de Pólvora.

Com o objetivo de avaliarmos o adensamento urbano no arruamento setecentista, buscamos comparar os *Códices nºs 38 e 40*, o *Mapa*

de Villa Rica (Figura 1)[16] e o *Códice nº 264*. Entendemos que em função de eventual variação de nomenclatura das ruas ou ausência de correspondência dos trechos analisados, essa comparação está sujeita a erros; no entanto, o esforço é importante para avaliarmos a evolução urbana de Ouro Preto.

Os *Códices nºs 38 e 40* apresentaram juntos 752 aforamentos. O *Mapa de Villa Rica* (Figura 1) não apresentou um cadastro vinculado. No entanto, ao realizarmos uma análise desse mapa, ainda que muito falha, há no caminho tronco[17] cerca de 638 edificações representadas. O *Códice nº 264* listou 1.134 foros. Comparando os dois tombamentos realizados, houve um aumento significativo no número de aforamentos.

Curiosamente, o número de aforamentos nesses arrolamentos é bem inferior à contagem de edificações dos viajantes estrangeiros. Não sabemos se os tombamentos foram completos ou se os visitantes consideraram toda a vila, ou seja, o caminho tronco e os arraiais dos morros; apenas Pohl e Luiz Pinto mencionaram ter cadastrado os morros da vila. Os dois tombamentos inventariaram apenas a Sesmaria da Câmara e isso excluía os morros, por se tratar de terras minerais.

O *Códice nº 264* indicou locais de expansão, com grande volume de aforamentos, como os atuais bairros Dores e Barra, demonstrando o crescimento da cidade em direção ao atual Morro do Cruzeiro. Indicou, também, locais que começavam a ser ocupados, inéditos até então, como o atual bairro da Água Limpa[18].

A comparação entre trechos semelhantes de caminhos cadastrados indicou a evolução do arruamento setecentista, parcialmente ilustrado na

16. Os *Códices nos 38 e 40* e o *Mapa de Villa Rica* (Figura 1) foram analisados pela autora em sua pesquisa de doutorado, defendido na FAU-USP em 2016. Para mais informações, ver: VIEIRA, Liliane de Castro. O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
17. Entendemos por caminho tronco o principal caminho da Vila, descrito por Sylvio de Vasconcellos da seguinte forma: "Principia esta estrada no passa-dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto. De onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antonio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana". Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura particular em Vila Rica*. 1951. Tese (concurso para provimento da cadeira de Arquitetura do Brasil) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 75.
18. Se compararmos com os *Códices nos 38 e 40* e o *Mapa de Villa Rica* (Figura 1). Para mais informações, ver: VIEIRA, 2016.

Tabela 4:

TABELA 4

Quadro comparativo entre os *Códices nºs 38 e 40* e o *Códice nº 264*. Para tanto, buscamos os trechos de ruas correspondentes. Infelizmente não foi possível relacionar trechos importantes, como no Pilar, Carmo, Antônio Dias e Alto da Cruz.

Ruas ou trechos de ruas	Códices nºs 38 e 40: nº foros	Códice nº 264: nº foros
Rua do Alto do Passa Dez até a ponte do Rosário	31	182
Rua que principia na ponte do Caquende até o chafariz defronte da Capela do Rosário	27	91
Rua Nova do Sacramento que principia detrás da Capela do Rosário até a ponte de São José	32	95
Rua que segue da ponte Seca até a ponte do Ouro Preto*	37	34
Alto da Praça, seguindo a rua Direita de Antônio Dias até a ponte*	43	41
Rua de trás de Antônio Dias denominada Cadeia Velha	21	17

* Trechos onde a correspondência pode ser sido falha.

Na região do Passa Dez e Rosário, notamos um acréscimo expressivo de edificações. No Antônio Dias, notamos um decréscimo curioso de foros. Naturalmente, estamos sujeitos a erros em função de possíveis aforamentos não realizados, mudança de nomenclatura das vias ou alteração de trechos considerados. De qualquer forma, o número de aforamentos no *Códice nº 264* é muito superior ao dos *Códices nºs 38 e 40* e podemos entender um processo de expansão das áreas periféricas e uma certa estabilidade no centro, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX.

No entanto, notamos que no início do século XIX as solicitações de aforamentos em arruamentos definidos no século anterior eram frequentes, como comprovam alguns documentos da CMOP. Quase na virada do século, em dezembro de 1800, foi solicitado o "aforamento de algumas braças de terras devolutas, localizadas perto da rua do Vira Saia" (APM|CMOP, 1800). Um documento de 1802, de Francisca Xavier, mencionou: "solicitação do aforamento de 2 braças de terras devolutas, na rua da Ponte" (APM|CMOP, 1802, Doc. 9). No mesmo ano, Antônia Nunes da Silva solicitou o "aforamento de terras devolutas na rua da Água Lima, em Padre Faria" (APM|CMOP, 1802, Doc. 75). Em 1807, um documento indicou a "solicitação do aforamento de 4 braças de

terras devolutas, na rua do Vigário de Ouro Preto" (APM|CMOP, 1807). Em 1818, encontramos a "solicitação do aforamento de terras devolutas, localizadas na rua de São José, entre a ponte e o paço" (APM|CMOP, 1818, Doc. 49). Assim, esses documentos demonstram um processo de adensamento em curso, no núcleo urbano, contrariando parte da comparação acima (Tabela 4).

Por fim, vale remarcar que os morros da vila não foram contemplados no *Códice nº 264*, como ocorreu em arrolamentos anteriores. No entanto, encontramos pedidos de aforamentos: no Itacolomi, em 1818, "solicitação do aforamento de 02 áreas localizadas ao lado do Morro do Itacolomi" (APM|CMOP, 1818, Doc. 47); em Saramenha, em 1806, "solicitação do aforamento de algumas braças das terras localizadas na Paragem da Olaria, no Morro de Saramenha" (APM|CMOP, 1806); no Tripuí, em 1801, "solicitação do aforamento de terras devolutas, localizadas na estrada do Tripuí" (APM|CMOP, 1801). Esses aforamentos indicaram também regiões de expansão da cidade, em processo de ocupação.

3.2 Crescimento e modernização: a dinâmica do século XIX

No século XIX, a principal fonte primária para a análise da forma urbana de Vila Rica é a *Planta da Cidade de Ouro-Preto* (Figura 2). Buscando preencher lacunas, pesquisamos ainda a iconografia e fontes bibliográficas relativas ao mesmo período.

FIGURA 2

Planta da Cidade de Ouro-Preto organisada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província. Grafia original. Fonte: Biblioteca Nacional.

A Planta da Cidade de Ouro-Preto organisada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província, de 1888, está disponível na Biblioteca Nacional. À esquerda, na parte inferior do mapa, há uma legenda que revela as principais edificações, marcos ou regiões da cidade: 1- Praça da Independencia; 2- Palacio do Governo; 3- Assemblea provincial; 4- Cadeia; 5- Escola de minas; 6- Quartel de linha; 7- Quartel de policia; 8- Santa Casa; 9- Theso_?, geral e Correio; 10- Directoria da Fazenda; 11- Theatro; 12- Estação da Est. de Ferro; 13- Largo da alegria; 14- Largo do Dirceo; 15- Escola de pharmacia; 16- Lyceo; 17- Quartel dos menores; 18- N. S. do Carmo; 19- N. S. das Merces; 20- S. Francisco de Paula; 21- S. José; 22- N. S. do Rosario; 23- Matriz de Ouro-Preto; 24- Bom Jesus; 25- S. Francisco d'Assis; 26- Mercês dos Perdões; 27- Matriz de Anto Dias; 28- Alto da Cruz; 29- Padre Faria; 30- N. S. das Dôres[19]. Abaixo da legenda, há a indicação de local e data – "Ouro-Preto, 7.2.88"; ao lado, os dizeres "With Brosenius des." e o registro do norte geográfico. No centro, na parte inferior do mapa, há a indicação da escala – 1:5000; à direita, no pé do mapa, a nomeação dos gravadores – "Gravure de Giesecke & Devrient, Liepzig".

Nesse mapa, vale destacar a representação da Serra de Ouro Preto a nordeste, do Morro do Curral e Morro do Cruzeiro a sudoeste e Alto da Cruz a sudeste, definindo os limites geográficos da cidade de Ouro Preto. Os principais rios, córregos ou ribeirões representados são: "Ribao do Passa-Dez", no Passa Dez; o "Rio Funil e Barra", na cota mais baixa de Ouro Preto, onde foi implantado o ramal férreo; "Corrego do Pellucia", descendo da Serra de Ouro Preto em direção aos fundos do Rosário. Além dos destaques indicados na legenda, devemos ainda citar: as "antigas caixas de mineração", na Água Limpa; duas pedreiras, na atual rua Conselheiro Quintiliano; e o "Mo da Forca".

O mapa em questão ainda apresenta a indicação do sentido de alguns caminhos, a saber: "Para o jardim botanico", próximo ao Passa Dez; "Para o Tripuy", no Passa Dez; "Estrada para o cemiterio geral", no sentido do atual bairro Saramenha; "Estrada para Marianna", na continuação da

19. Grafia original.

atual rua Conselheiro Quintiliano; e "Caminho para o Itacolomy"[20], nos fundos da Capela de Padre Faria.

3.2.1 Caminho tronco

Ao analisarmos a *Planta da Cidade de Ouro-Preto*, no núcleo da vila percebemos a massa edificada, disposta ao longo dos caminhos principais de forma linear e cordeada. Há mais quadras definidas que no mapa anterior (Figura 1). No entanto, essas ainda concentram-se nas imediações do centro da vila, próximas à Praça.

Em relação à base cadastral anterior (Figura 1), houve uma expansão na malha viária. Notamos a abertura de um caminho, acompanhando a curva de nível, ligando o Passa Dez à Praça. A partir deste caminho, percebemos duas novas vias conduzindo para o fundo do vale, por trás da região das Cabeças e Rosário: trata-se da Água Limpa, identificada pela primeira vez em uma base cartográfica[21]. Em torno da Igreja de São José e Igreja de São Francisco de Paula, notamos caminhos de acesso aos templos, representados pela primeira vez em um mapa. Próximas às igrejas, foram abertas vias paralelas ao caminho principal do século XVIII (Figura 3). A Capela de Nossa Senhora das Dores é representada com uma rede de vias de acesso ao templo, com ocupação esparsa no entorno. O bairro Antônio Dias desenvolveu-se com a abertura de novas vias e ocupação na direção dos fundos da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Figura 4). A atual rua Conselheiro Quintiliano, já existente no século XVIII, foi ocupada de forma esparsa no trecho entre a Praça e a Igreja de Santa Efigênia. Em torno desse templo, houve a definição de novas quadras em relação à base cadastral anterior (Figura 1). Finalmente, no trecho em torno da Capela de Padre Faria, houve um decréscimo de edificações e arruamentos (Figura 2).

20. Grafia original.
21. Nota-se que a "rua da Água Limpa" foi mencionada em documentos da CMOP, dos séculos XVIII e XIX, localizada no Padre Faria. A Água Limpa na condição de bairro, nomenclatura que perdura nos dias atuais, foi identificada pela primeira vez em uma base cartográfica no mapa de 1888.

FIGURA 3

Vista de Ouro Preto, 1875; autor desconhecido. Acima, nota-se caminho ligando o Passa Dez à Praça. Entre as Igrejas de São Francisco de Paula e São José, notamos caminhos de acesso aos templos. Fonte: Museu da Inconfidência, Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura.

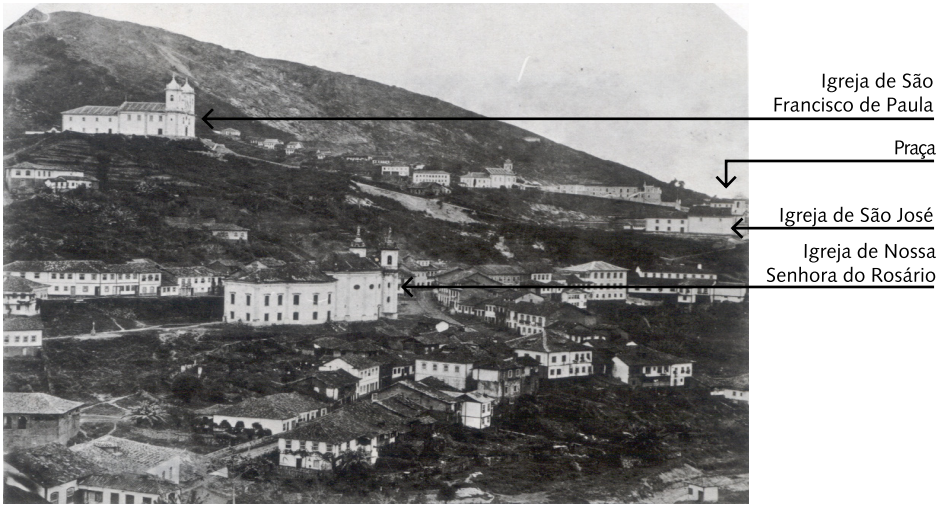
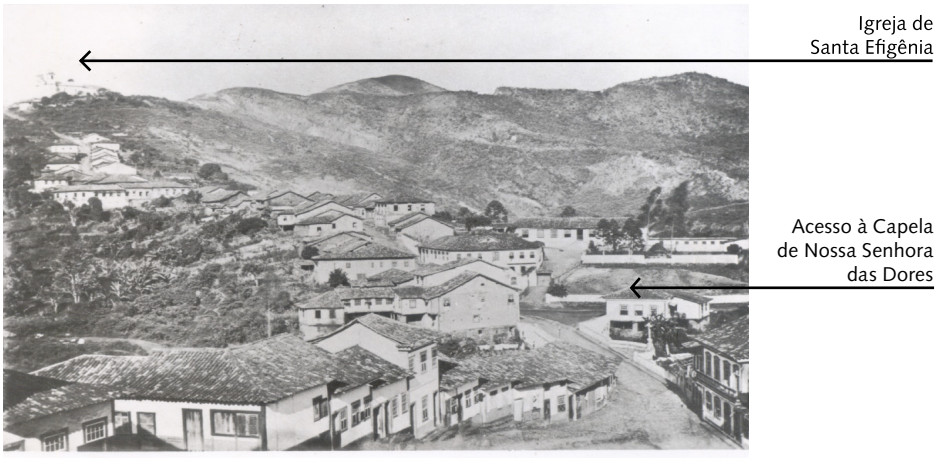


FIGURA 4

Vista de Ouro Preto, 1881; autoria de Guilherme Liebenau. Vista a partir do adro da Igreja de Antônio Dias. Nota-se o adensamento do bairro. À direita, acesso à Capela de Nossa Senhora das Dores. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil*: 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 109.



Vale remarcar que a inauguração do ramal férreo, em janeiro de 1888, gerou a expansão do núcleo urbano em direção à estação ferroviária. Em relação à base cadastral anterior (Figura 1), notamos: a abertura de uma via, nos fundos da Igreja do Pilar; um novo acesso paralelo ao Morro da Forca; e, a partir da estação ferroviária, em direção ao Alto da Cruz, há uma nova via e a ocupação da região atualmente conhecida como Barra, nas margens do rio Funil e Barra. Na Barra, há uma via em direção ao Morro do Cruzeiro (Figura 2). Em toda essa região, percebemos a ocupação ainda esparsa.

FIGURA 5

Vista de Ouro Preto, 1875-80; autoria de Guilherme Liebenau. Vista da rua Conde de Bobadela (antiga rua Direita), rua Coronel Alves (antiga rua Nova) e rua São José (antiga travessa de São José). Fonte: FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil*: 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 109.

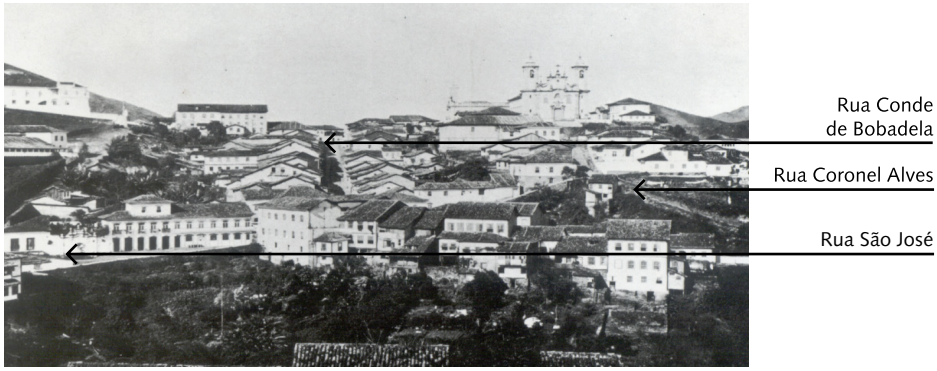


FIGURA 6

Recorte da *Planta da Cidade de Ouro-Preto*. Na atual rua Coronel Alves, destacamos: ocupação nas duas faces; e desmembramento de lotes da atual rua Conde de Bobadela. Fonte: Biblioteca Nacional.

Em relação à base cadastral anterior (Figura 1), notamos ainda um adensamento no núcleo urbano, especialmente na região central (Foto 3): acréscimos, desmembramentos de fundos de lotes, novas edificações (Figura 6). Os trechos com declividade muito acentuada ainda permanecem desocupados.

No centro da vila, esse mapa nos revela a praça Tiradentes com uma configuração diferente do desenho anterior (Figura 1): quanto aos edifícios de destaque, notamos a supressão da Capela de Santana; na lateral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, percebemos a demolição de uma quadra e o aumento da área em torno deste templo; ao centro, a representação sugere um jardim central, comprovada pela imagem a seguir (Figura 7), de 1881; as edificações foram modificadas, em relação à Figura 8, que representa a praça Tiradentes, entre 1785 e 1790.

FIGURA 7

Vista da praça Tiradentes, em 1881; autoria de Guilherme Liebenau. Ao centro, em último plano, o Palácio dos Governadores, atual Escola de Minas. À esquerda, conjunto Alpoim. Em destaque, jardim central. Fonte: FERREZ, Gilberto. A *Fotografia no Brasil*: 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 110.

FIGURA 8

Imagem da praça Tiradentes, em Ouro Preto, entre 1785 e 1790. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* [Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P. Siqueira Bueno]. São Paulo: EDUSP|FAPESP, 2000.

De acordo com o pesquisador Ivo Porto de Menezes, a Capela de Santana[22] foi demolida no final do século XVIII para dar lugar ao caminho que ligava a Água Limpa ao Taquaral (MENEZES, 2002, p. 72). No mesmo trabalho (MENEZES, 2002, p. 72 e 76), esse estudioso mencionou a transformação da Santa Casa de Misericórdia em sede da Assembleia Provincial e a compra de casa particular para o "alinhamento da praça", durante as obras de execução do edifício da Casa de Câmara e Cadeia (Figuras 1 e 6). Note-se que, no mapa de 1888 (Figura 2), a Santa Casa tem nova localização.

Devemos mencionar, ainda, as solicitações que nos levam a acreditar em um processo de renovação urbana. São pedidos de demolição, como "solicitação de licença para demolir as casas que estão localizadas em frente a (*sic*) Matriz de Antônio Dias" (APM|CMOP, 1820), de 1820. Não encontramos requerimentos de reforma de fachada, embora a análise das iconografias dos séculos XVIII (Figura 8) e XIX indique a renovação das fachadas, de acordo com um lento amadurecimento de critérios (REIS FILHO, 1999, p. 34) e novos materiais disponíveis (Figuras 9 e 10).

Sylvio de Vasconcellos remarcou que, em Ouro Preto, as inovações tornaram-se mais acessíveis à cidade com a chegada da Estrada de Ferro (VASCONCELLOS, 1951, p. 180; SALGUEIRO, 1996, p. 136). No entanto, de acordo com esse Vasconcellos, as mudanças não eclipsaram a tradição: "No máximo elementos mais decorativos, caixilhos caprichosos, pinturas inadequadas, esquadrias de venezianas, meios-portões de ferro (...) aplicam-se às fachadas, mascarando sua vetustês com uma *maquillage* moderna." (VASCONCELLOS, 1951, p. 181). Note-se que essas renovações restringiam-se às fachadas principais; nas posteriores, as soluções permaneceram as mesmas do século anterior, como podemos notar nas Figuras 3 e 5.

Assim, a inauguração da linha férrea permitiu o acesso a novos materiais e, consequentemente, à mudança da aparência da cidade. Nas áreas centrais, os imóveis de uso comercial modernizaram-se, assim como os imóveis residenciais de proprietários mais favorecidos. Nas Figuras 7, 9 e 10, podemos perceber esses novos elementos: cimalhas coroando as edificações, a prevalência do vidro nas vedações, o uso de balcões em ferro, texturas

22. Devemos destacar que a Capela de Santana em questão localizava-se na Praça. Há outra, no Morro do Santana, ainda existente.

FIGURA 9

Rua do Ouvidor, atual Cláudio Manoel, em 1881; autoria de Guilherme Liebenau. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil*: 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 110.

FIGURA 10

Rua Tiradentes, atual Rua São José, em 1875-80; autoria de Guilherme Liebenau. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil*: 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 108.

no acabamento das fachadas, a inserção de sistema de captação de águas pluviais, a prevalência de esquadrias com vergas curvas.[23]

Aparentemente, essas inovações não se desdobraram nas áreas periféricas do caminho tronco, como podemos observar na Figura 4, do bairro Antônio Dias: são poucas as edificações que adotaram os novos materiais. O inventário realizado em Ouro Preto (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949), em 1949, constatou as reformas de fachadas na região central da cidade, mas não nas periferias do caminho tronco.

No APMOP[24], há uma planta intitulada *Melhoramentos da cidade de Ouro Preto*; *Projecto de Boulevard* (Figura 11) que demonstra o desejo

23. Para mais informações sobre a renovação da arquitetura de Ouro Preto no século XIX, consultar: SALGUEIRO, 1996.
24. As imagens disponíveis no APMOP foram digitalizadas e gentilmente cedidas pela equipe do LAP.

de renovação das edificações e espaços urbanos, de acordo com os novos materiais disponíveis e estilos vigentes. O projeto, de 1892, fez parte do plano de melhoramentos urbanos de 1891 que buscou evitar a transferência da capital (SALGUEIRO, 1996, p. 130). Neste artigo, interessa-nos destacar a vitalidade de Ouro Preto no século XIX; no entanto, apesar do desenho não ser sido executado, é notável a vontade de mudança:

> Ampliação da visão das mais importantes edificações iria permitir que se afirmasse o poder, exigindo demolições, rebaixamentos de ruas e praça, enquanto a nobreza, que exigia o centro dos poderes, aconselhava que novas formas arquitetônicas fossem implantadas e modificados seriam os elementos componentes das fachadas, mas, sobretudo, que as proporções das edificações já não representassem concepções do século XVIII, senão do XIX. (MENEZES, 2002, p. 78)

FIGURA 11

Melhoramentos da cidade de Ouro Preto; Projecto de Boulevard, de 1892. Fonte: APMOP.

FIGURA 12

Mercado e Igreja de São Francisco, em 1880; autoria de Marc Ferrez. Fonte: FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil*: 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 117.

FIGURA 13

Ouro Preto/Antônio Dias/Vista parcial da cidade: trecho do mercado e descida para Antônio Dias; foto de fins do século XIX a início do século XX; autoria desconhecida. O ângulo das Figuras 12 e 13 é diferente, mas o ponto a partir do qual foram tiradas foi o mesmo: a Figura 12 privilegiou o lado direito, onde se encontra a igreja; e a Figura 13 enfatizou o lado esquerdo, onde está a descida para Antônio Dias. Note-se que a localização dos mercados – o antigo e de linhas neoclássicas – foi a mesma. Fonte: IFAC/UFOP.

Algumas ações de renovação urbana foram levadas a cabo. O mercado de tropeiros, que existiu em frente à Igreja de São Francisco de Assis, foi substituído, entre o final do século XIX e início do século XX, por um edifício de linhas neoclássicas (Figuras 12 e 13). Posteriormente, esse edifício foi demolido[25]. Na praça Reinaldo Alves de Brito, podemos observar edificações que adotaram a linguagem eclética ou neoclássica, como o antigo Liceu de Artes e Ofícios, inaugurado no último quartel do século XIX. Paralelamente, notamos os fundos das edificações inalterados e sem tratamento com os novos materiais disponíveis (Figura 14).

25. Para mais informações, consultar: VIEIRA, Liliane de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

FIGURA 14

Praça Reinaldo Alves de Brito; foto de Hess; 1939. Em destaque, Liceu de Artes e Ofícios. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

FIGURA 15

Ouro Preto, 1903. Fonte: APMOP.

O início do século XX foi marcado por melhoramentos urbanos para Ouro Preto, como podemos notar no relato de Moreira Pinto, que destacou a cidade sendo provida de postes para a iluminação elétrica nesse período (PINTO, 1906, p. 693), e na imagem a seguir - "Ouro Preto", de 1903 (Figura 15). Esse mapa, disponível no APMOP, apresenta uma legenda que indica os seguintes serviços: "construção de esgotos", "abastecimento de água" e "distribuição de luz elétrica".

Esse mapa, que contemplou exclusivamente o caminho tronco, parece ter partido da base cadastral de 1888, embora com algumas atualizações: mais ruas, definidas ou projetadas, e novas edificações, como no Padre Faria e no entorno da Capela das Mercês.

3.2.2 Morros

Os arraiais da Serra de Ouro Preto não foram contemplados no mapa de 1888. No entanto, os caminhos representados nessa base cartográfica, citados anteriormente, apontaram regiões de expansão da cidade: o acesso a Saramenha, por exemplo, foi indicado pela primeira vez em um mapa, embora existissem aforamentos nesta região desde o final do século XVIII (APM|CMOP, 1776).

Há outros documentos iconográficos próximos ao período em estudo, disponíveis no APMOP, que merecem destaque pelas informações que revelam para os morros. A *Planta da Sesmaria e Cidade de Ouro Preto* (Figura 16), de 1898, não apresentou nada de novo quanto à configuração da cidade, tendo em vista que parece ter usado como base o mapa de 1888 (Figura 2). No entanto, vale destacar que essa planta registrou pela primeira vez o nome e a localização das minas em Ouro Preto, pois fazia parte de um estudo encomendado pela CMOP, realizado pelos engenheiros Marciano Pereira Ribeiro e Clodomiro de Oliveira, que tinha por objetivo reativar a extração de ouro na cidade[26].

A *Planta das Lavras Tassaras e arredores* (Figura 17), de 1903, disponível no APMOP, encontra-se em estado precário de conservação, comprometendo a sua reprodução. Essa planta indica a definição da área da lavra em questão e as lavras confrontantes. O destaque desse mapa é a representação precisa dos arraiais dos morros, inédita até então: Povoação do Taquaral; Padre Faria, Morro da Piedade, Morro de Sant' Anna e Morro S. João[27].

26. Para informações adicionais, consultar Memorial e Plantas das Lavras Tassaras (1903) disponível no APMOP.
27. Grafia original.

FIGURA 16

Planta da Sesmaria e Cidade de Ouro Preto, de 1898. Nota-se que este mapa encontra-se em estado precário de conservação, comprometendo a sua reprodução.

Fonte: APMOP.

FIGURA 17

Planta das Lavras Tassaras e arredores, de 1903. Fonte: APMOP.

Vale mencionar uma ata da CMOP, de 1892, disponível no APMOP, que citou a existência de ruínas e grandes extensões abandonadas nos arraiais ao longo da Serra de Ouro Preto. O objetivo dessa ata foi a incorporação dessas áreas vagas ao patrimônio da Câmara, para que pudessem ser aforadas; até então, por se tratar de terras minerais, o foro não era cobrado:

> Considerando como nos Morros de Sant-Anna, da Piedade e outros antigos arraiais suburbanos, grandes extensões acham-se vagas cobertas apenas de ruinas; e bem assim como a Camara tem necessidade de terrenos para aforar á todos quantos desejam repovoar esses bairros no interesse de favorecer o grande manifesto desenvolvimento que a cidade está tomando.
> Resolve:
> Declaram-se encorporados por este acto expresso ao patrimonio da Municipalidade os terrenos e ruinas abandonados em toda a serra de Ouro Preto, exceptuando apenas do pagamento de foros aquellas casas antigas que sem interrupção estejão habitadas, e os terrenos á ellas anexos e fechados. (APMOP, 1892, Cx.14, grafia original)

Com isso, a CMOP vislumbrava obter áreas para a expansão da cidade e, assim, tentar evitar a transferência da capital do Estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973-75). Aparentemente, o abandono evidente no caminho tronco, a partir da primeira metade do século XX, atingiu os arraiais da Serra de Ouro Preto já no Oitocentos.

3.3 Esvaziamento e decadência[28]: a primeira metade do século XX

Com a transferência da capital do Estado, a estagnação econômica e a retração populacional atingiram Ouro Preto. A fase de decadência e abandono perdurou até meados do século XX. Quando a cidade foi tombada pelo Iphan, em 1938, o panorama do núcleo urbano era preocupante e esse quadro motivou uma série de trabalhos, como o inventário de 1949 (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949).

A principal fonte primária para a análise da configuração urbana da cidade nesse período é o *Mapa do Município de Ouro Preto*. Em 1939, o Serviço Geográfico de Minas Gerais organizou uma série cartográfica, entre eles o mapa em questão (Figura 18), disponível no Arquivo Público Mineiro (APM). Ao centro, acima, há os seguintes dizeres: "Mapa executado em obediencia ao decreto lei nacional no 311 de 2 de março de 1938"[29].

28. Esclarecemos que o termo "decadência" foi usado neste trabalho em referência às bibliografias e relatos disponíveis sobre Ouro Preto que usam esta palavra para caracterizar a cidade, no século XIX.
29. Grafia original.

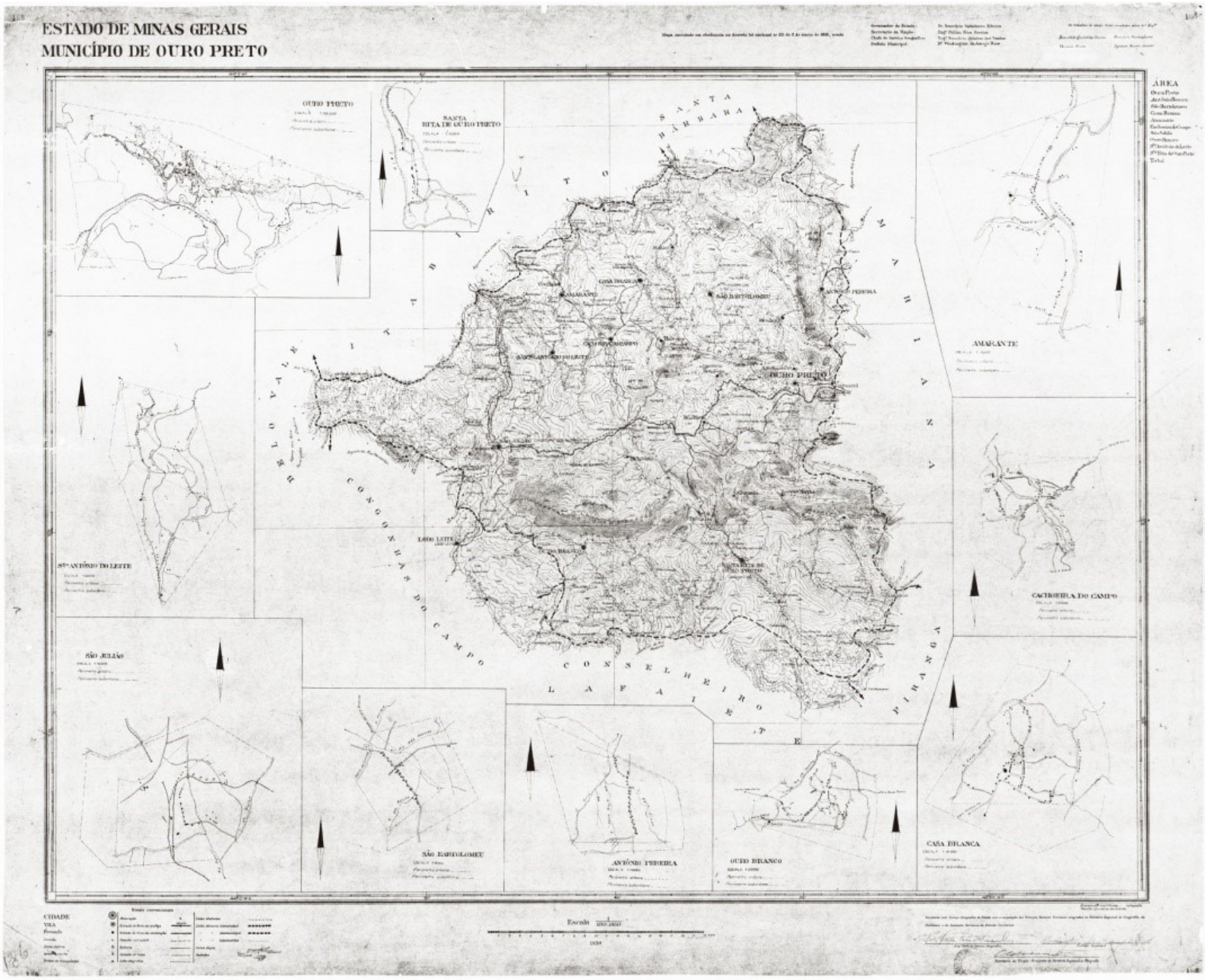


FIGURA 18

Mapa do Município de Ouro Preto, 1939. Fonte: APM; digitalizado pela equipe do LAP.

Abaixo, à esquerda, a planta apresenta legenda com as seguintes convenções: "Cidade", "fazenda", "usina elétrica", "Igreja e capela", "Mineração", "Estrada de ferro em tráfego", "Estrada de ferro em construção", "Rodovia", "Caminho de tropa", "linha telefônica" etc. Nota-se que algumas convenções estão ilegíveis. É interessante destacar o uso de elementos tradicionais como referência – caminho de tropa, igrejas e capelas –, assim como novos elementos – usina elétrica e linha telefônica.

Esse mapa representou todos os distritos do município. Para o distrito sede, essa folha cartográfica privilegiou a representação do caminho tronco (Figura 18). No entanto, é notável a inclusão do Morro do Cruzeiro no perímetro urbano; as bases cadastrais anteriores não apresentaram essa região.

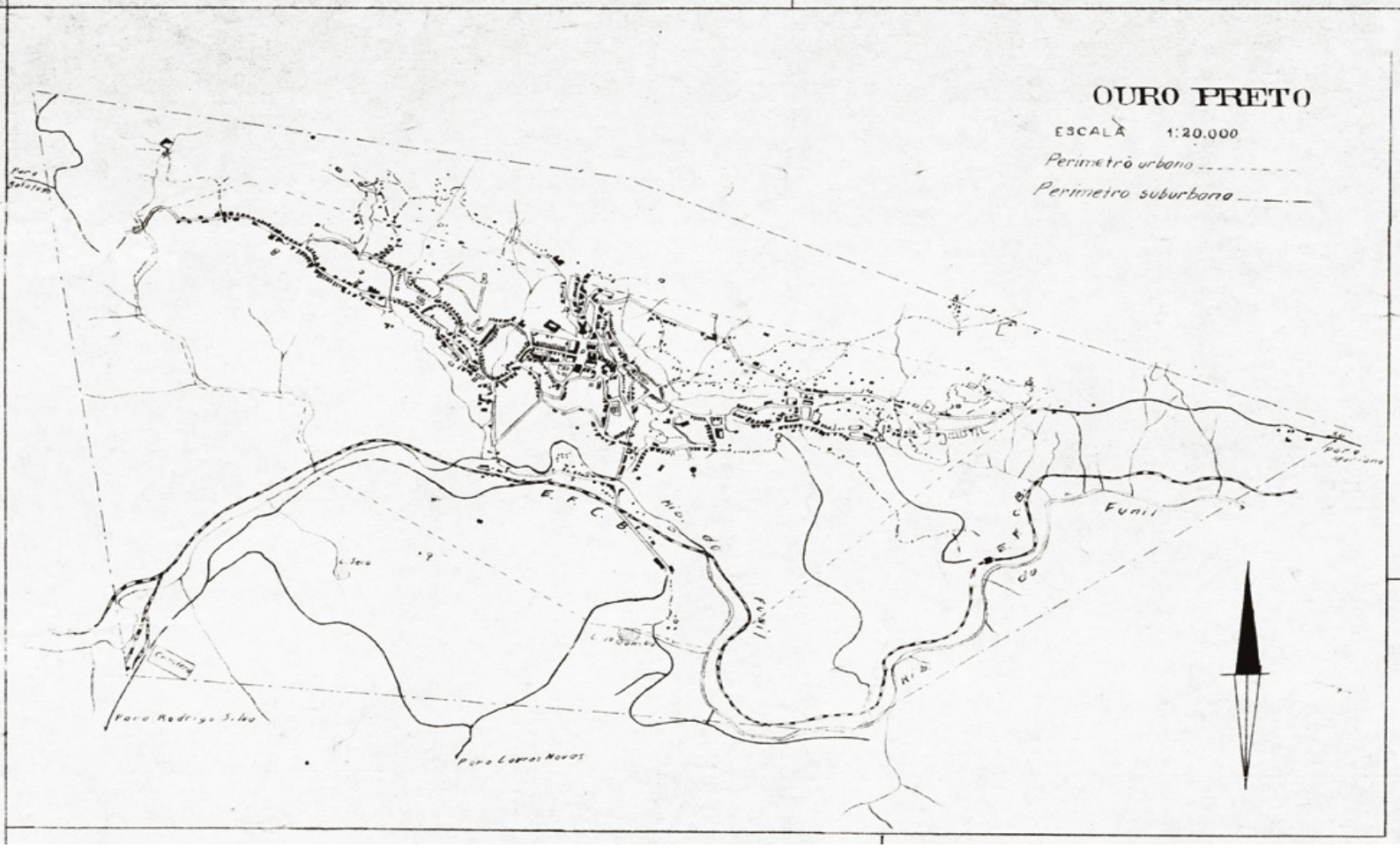


FIGURA 19

Recorte do *Mapa do Município de Ouro Preto*, de 1939: Ouro Preto, distrito sede. Nota-se que a qualidade da imagem disponível compromete sua reprodução. Fonte: APM; digitalizado pela equipe do LAP.

Ao analisarmos o *Mapa do Município de Ouro Preto*, no núcleo da vila, percebemos as edificações dispostas ao longo de caminhos principais, de forma linear e cordeadas; não há definição de lotes. Na Serra de Ouro Preto, na Água Limpa, em parte do Antônio Dias e Padre Faria, percebemos edificações dispersas e não cordeadas; nessas áreas, não há arruamento definido.

O nível de detalhamento da imagem compromete a leitura de alguns elementos. No entanto, em relação à base cadastral anterior (Figura 2), notamos uma malha viária semelhante, com a consolidação do arruamento nos seguintes trechos: Água Limpa, Morro da Forca, Barra e região da Capela das Dores. Nos bairros Antônio Dias e Padre Faria houve um aumento de edificações dispersas representadas. Devemos destacar ainda na região da Barra e Morro do Cruzeiro: a indicação do cemitério em Saramenha; a Estrada de Ferro Central do Brasil; a Lagoa do Gambá; e a Lagoa Seca.

O mapa de 1939 é notável, pois representou Ouro Preto no momento de esvaziamento e arruinamento que mencionamos no início. Devemos ressaltar que, em relação à base cadastral de 1888, não notamos uma expansão urbana digna de menção. Muitas edificações arruinaram-se e o melhor documento desse estado de abandono foi o inventário realizado

por Sylvio de Vasconcellos (ARQUIVO NORONHA SANTOS, 1949). No entanto, vale destacarmos o acervo fotográfico disponível no Iphan, de 1939, que caracteriza a cidade, na ocasião do tombamento (Figuras 20 a 22).

FIGURA 20

Rua Conde de Bobadela, Centro; autoria desconhecida; 1939. Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

FIGURA 21

Rua Paraná, Centro; foto de Hess; 1939. Fonte: Arquivo Central do iphan, Rio de Janeiro.

FIGURA 22

Rua Donato da Fonseca, abaixo da Ponte Seca, no Rosário; foto de Hess; 1939. Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro.

Nas imagens anteriores (Figuras 20 e 21), percebemos claramente a região central renovada, as fachadas dos edifícios com novos materiais disponíveis, enquanto os fundos das edificações (ver Figura 14) e as áreas periféricas (Figura 22) permanecem com a aparência mais próxima do século XVIII.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que, ao longo do século XIX, Ouro Preto sofreu um processo de renovação e adensamento urbanos na região central – reforma de fachadas e inserção de novas edificações – que incorporou os novos materiais disponíveis, novas técnicas construtivas e estilos vigentes e nova implantação (exemplo nas Figuras 23 e 24).

FIGURA 23

Casa do engenheiro do ramal férreo, na região do Pilar; foto de Hess; foto datável do segundo quartel do XX. À direita, a Igreja do Pilar. Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro.

FIGURA 24

Adro da Igreja do Rosário; à direita, edificação com linhas neoclássicas, recuo lateral e jardim; foto de Hess; foto datável do segundo quartel do XX. Fonte: Arquivo Central do Iphan, Rio de Janeiro.

O crescimento vegetativo da população livre foi positivo e, paralelamente, Ouro Preto passou por um processo de expansão, nas imediações do arruamento setecentista: Água Limpa, Dores e Barra. A ferrovia é responsável pelo desenvolvimento, principalmente, das regiões do Pilar e Barra (Figuras 25 e 26) e pelo acesso aos novos materiais disponíveis.

Na Serra do Itacolomi, por sua vez, Ouro Preto apresentou regiões de expansão, no período ora em estudo, em processo de ocupação, como Saramenha, Tripuí e Itacolomi.

FIGURA 25

Vista da região do Pilar ocupada no século XIX; em primeiro plano, a Estação Ferroviária. Foto datável da primeira metade do século XX. Em destaque, início da ocupação na Água Limpa. Fonte: Coleção particular Aparecido Salatini

FIGURA 26

Vista da região da Barra ocupada no século XIX; à esquerda, ponte da Barra. Foto datável da primeira metade do século XX. Fonte: Escritório Técnico de Ouro Preto/Iphan.

No final do século XIX, houve a intenção de grandes reformas urbanísticas na cidade com o objetivo de evitar a transferência da capital (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973-75); no entanto, esses projetos não foram executados. No início do século XX, Ouro Preto foi contemplada com obras de melhoramento urbano.

Ao longo do século XIX, Ouro Preto manteve-se relativamente dinâmica: cresceu e modernizou-se. Acreditamos que a origem da decadência atribuída para Ouro Preto no Oitocentos esteja nos relatos dos viajantes estrangeiros que interpretaram de forma equivocada a cidade que visitaram antes das novidades que a ferrovia trouxe. Com a transferência da capital do Estado, no final do Oitocentos, a estagnação econômica atingiu Ouro Preto e a cidade sentiu, enfim, o efeito do abandono.

Por fim, considerando a necessidade de salvaguardar a arquitetura, o urbanismo e a paisagem de Ouro Preto[30], vislumbramos políticas de preservação para a cidade que contemplem também a valorização do Oitocentos. Os critérios e normas aplicados, nas primeiras décadas de atuação do Iphan, elegeram elementos tipológicos de uma fase de Ouro Preto para serem eternizados, alterando as edificações primitivas e influenciando a nova arquitetura e o novo desenho urbano (MOTTA, 1987; VIEIRA, 2016)[31]. Aspectos da arquitetura e do urbanismo do século XIX foram banidos. Paralelamente, a decadência atribuída à cidade no século XIX casou perfeitamente com a adoção sistemática do colonial como modelo. As práticas de gestão da cidade devem possibilitar tanto a leitura histórica do sítio urbano quanto à preservação dos elementos que faziam parte do núcleo antigo, à época do tombamento: e isso inclui a dinâmica do século XIX.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João [João Antonio Andreoni]. Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, e descubrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da america meridional dá ao Reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 4, 1899.

BANDEIRA, Manoel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.

30. Em 1933, Ouro Preto foi elevada à condição de Monumento Nacional. Em 1938, Ouro Preto foi tombada e inscrita no Livro de Belas Artes pelo Iphan. Em 1980, Ouro Preto passou a integrar a lista de patrimônio cultural da humanidade da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1986, o tombamento de Ouro Preto foi re-ratificado pelo Iphan, com as inscrições nos Livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em 1989, o Iphan definiu o perímetro de tombamento da cidade de Ouro Preto, englobando não só o núcleo urbano setecentista, mas também todos os morros circundantes ao sítio antigo.
31. Vale destacar a ampla pesquisa realizada por Lia Motta, primeira a evidenciar o "estilo patrimônio".

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

CHUVA, Márcia. *A invenção do patrimônio:* continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Iphan, 1995

COSTA, Iraci del Nero da. A estrutura familial e domiciliária de Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* São Paulo, IEB-USP, n. 19, p. 17-34, 1977.

_____. *Vila Rica*: população (1719-1826). São Paulo, IPE-USP, 1979, 268 p. (Ensaios Econômicos, 1).

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Suas descripções, ensaios, e domicilio próprio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano X, 1905.

ESCHWEGE, Guilherme, Barão de. Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Geraes**.** *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, ano IV, 1899.

_____. *Pluto Brasiliensis*; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1944.

FERREZ, Gilberto. *A Fotografia no Brasil:* 1840-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. n. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana***.** IPHAN, IEPHA, Prefeituras, 1973-75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Brasil* (1º de Setembro de 1940). Série Regional. Parte XIII – Minas Gerais. Tomo II. Censo demográfico – População. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo, IPE-USP, 1981, 224 p. (Ensaios Econômicos, 8).

_____. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718), In: BARRETO, A. E. M. et al. *História Econômica: ensaios*, São Paulo, p. 25-41, 1983.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais* (Vila Rica - 1804). Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969.

MENEZES, Ivo Porto de. Praça Tiradentes (Ouro Preto): a transformação de um espaço público. *Aqui; Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*. Belo Horizonte, p. 71-79, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV (2º parte). Tomo II. População do Brazil por Estados e municipios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1928.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇãO E OBRAS PÚBLICAS. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1898.

_____. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1905.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, nº 22, 1987.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Relação das cidades, villas e povoações da província de Minas Geraes, com declaração do número de fogos de cada uma (1830). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano II, 1897.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XI, 1906.

POHL, Johann Baptiste Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicado por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco Primeiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1951.

REIS FILHO, Nestor Goulart. A urbanização e o urbanismo na região das minas. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, n. 30, jul.-dez., 1999.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial* [Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P. Siqueira Bueno]. São Paulo: EDUSP|FAPESP, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, p. 125-63, jan.-dez. 1996.

VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 12, p. 171-232, 1955.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura particular em Vila Rica*. 1951. Tese (concurso para provimento da cadeira de Arquitetura do Brasil) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIEIRA, Liliane de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. *As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX*: estudo comparativo entre o inventário de 1949 e 2002. Dissertação de Mestrado (Arquitetura) FAU / UFBA, 2006.

_____. *O colonial como marca*: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. v. 2.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇãO E OBRAS PÚBLICAS. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1898.

Fontes primárias

Arquivo Público Mineiro
APM|CMOP, Códice nº 38, "Livro de Tombo", Rolo-21/22, Flash 01, 1737-38.
APM|CMOP, Códice nº 40, "Tombo", Rolo-22/23, Flash 01, 1737-42.
Mapa do Município de Ouro Preto, 1939.
APM|CMOP, Cx. 73, Doc. 85, 1800.
APM|CMOP, Cx. 76, Doc. 09, 1802.
APM|CMOP, Cx. 75, Doc. 75, 1802.
APM|CMOP, Cx. 77, Doc. 30, 1807.
APM|CMOP, Cx. 83, Doc. 49, 1818.
APM|CMOP, Cx. 83, Doc. 47, 1818.
APM|CMOP, Cx. 80, Doc. 27, 1806.
APM|CMOP, Cx. 74, Doc. 30, 1801.
APM|CMOP, Cx. 84, Doc. 37, 1820.
APM|CMOP, Cx. 50, Doc. 24, 1776.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
Códice nº 264, "Livro de Tombos de terrenos", 1806-1812, registro nº 0151, microfilme nº 0298.
Melhoramentos da cidade de Ouro Preto; Projecto de Boulevard, 1892.
Planta da Sesmaria e Cidade de Ouro Preto, 1898.
Planta das Lavras Tassaras e arredores, de 1903.
Memorial e Plantas das Lavras Tassaras (1903).
Documentos de vereanças, Cx.14, 1892.

Biblioteca Nacional
Planta da Cidade de Ouro-Preto organisada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província, 1888.

IPHAN/Arquivo Noronha Santos
Carta informativa de Paulo Thedim Barreto, de 7/10/1949.

Inventário da cidade de Ouro Preto.
Rio de Janeiro, 1949. Pastas 861, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871.

IPHAN/Arquivo Central
Acervo fotográfico da cidade de Ouro Preto.

IPHAN/Escritório Técnico de Ouro Preto
Acervo fotográfico.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísica
Séries históricas e estatísticas. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/. Coleção particular Aparecido Salatini

Artigo recebido em: 29/08/2016
Artigo aprovado em: 21/12/2016